



# ANALISTA JURÍDICO

02/02/2014

PROVAS	QUESTÕES
Direito Administrativo	01 a 05
Direito Constitucional	06 a 10
Direito Civil	11 a 15
Direito Processual Civil	16 a 20
Direito Penal	21 a 30
Direito Processual Penal	31 a 45
Regimento Interno do TJ-GO e Organização Judiciária	46 a 50

SÓ ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO

## LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

1. Quando for permitido abrir o caderno, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Em seguida, verifique se ele contém 50 questões.
2. Cada questão apresenta quatro alternativas de resposta, das quais apenas uma é a correta. Preencha, no cartão-resposta, a letra correspondente à resposta julgada correta.
3. O cartão-resposta é personalizado e não será substituído em caso de erro durante o seu preenchimento. Ao recebê-lo, verifique se seus dados estão impressos corretamente; se for constatado algum erro, notifique ao aplicador de prova.
4. As provas terão a duração de **quatro horas**, já incluídas nesse tempo a marcação do cartão-resposta, e a coleta da impressão digital.
5. Você só poderá retirar-se do prédio após terem decorridas **três horas de prova**. O caderno de questões só poderá ser levado depois de decorridas **três horas e trinta minutos** de prova.
6. **AO TERMINAR, DEVOLVA O CARTÃO-RESPOSTA AO APLICADOR DE PROVA.**

CONCURSO PÚBLICO

**— QUESTÃO 01 —**

A administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

- (A) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, mas não aos estrangeiros.
- (B) o prazo de validade do concurso público será de até um ano, prorrogável uma vez, por igual período.
- (C) o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em emenda constitucional específica.
- (D) a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

**— QUESTÃO 02 —**

Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplica-se a seguinte disposição:

- (A) investido no mandato de Deputado Federal, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- (B) investido no mandato de Deputado Estadual, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- (C) investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- (D) investido no mandato de Vice-Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.

**— QUESTÃO 03 —**

Acerca da estabilidade do servidor público, a Constituição Federal dispõe que:

- (A) são estáveis após dois anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
- (B) o servidor público estável só perderá o cargo mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei ordinária.
- (C) invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado.
- (D) como condição para a aquisição da estabilidade, é facultativa a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para esse fim.

**— QUESTÃO 04 —**

O agente público que frustra a licitude de concurso público está sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato:

- (A) perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos.
- (B) ressarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se ocorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos.
- (C) ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos.
- (D) ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de um a três anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dois anos.

**— QUESTÃO 05 —**

As ações destinadas a levar a efeitos as sanções previstas na Lei n. 8.429/1992 (Improbidade Administrativa) podem ser propostas:

- (A) até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.
- (B) até seis anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.
- (C) até sete anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.
- (D) até oito anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.

**— QUESTÃO 06 —**

A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamento, entre outros, a

- (A) independência nacional.
- (B) concessão de asilo político.
- (C) dignidade da pessoa humana.
- (D) autodeterminação dos povos.

**— QUESTÃO 07 —**

No capítulo dos Direitos Políticos, a Constituição Federal dispõe que

- (A) o voto é facultativo para os maiores de sessenta anos.
- (B) a idade mínima de vinte e um anos para vereador é condição de elegibilidade, na forma da lei.
- (C) os prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito para concorrer a outro cargo.
- (D) os mandatos eletivos poderão ser impugnados ante a Justiça Eleitoral no prazo de trinta dias contados da diplomação.

**— QUESTÃO 08 —**

O texto constitucional, ao tratar acerca dos Municípios, determina que

- (A) o Município reger-se-á por lei orgânica, votada em turno único, e aprovada pela maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.
- (B) a Câmara Municipal é proibida de gastar mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus vereadores.
- (C) o crime de responsabilidade do prefeito municipal configura-se quando ele não envia o repasse até o quinto dia útil de cada mês.
- (D) a fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo municipal, mediante controle interno, e pelos sistemas de controle externo da prefeitura.

**— QUESTÃO 09 —**

Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observado, entre outros, o princípio segundo o qual

- (A) o acesso aos tribunais de segundo grau far-se-á por antiguidade e merecimento, alternadamente, apurados na última ou única entrância.
- (B) o ato de remoção do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto da maioria simples do respectivo tribunal.
- (C) os tribunais com número superior a vinte e um julgadores poderão ser constituídos de órgãos especiais.
- (D) o ato de distribuição de processos será imediato somente no primeiro grau de jurisdição.

**— QUESTÃO 10 —**

Os Municípios poderão constituir a Guarda Municipal, que é destinada à

- (A) apuração de infrações penais, exceto as militares.
- (B) atividade de polícia ostensiva e à preservação da ordem pública.
- (C) execução de atividades de defesa civil, militar e extraordinária.
- (D) proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.

**— QUESTÃO 11 —**

Segundo a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país, depois de oficialmente publicada, em

- (A) dez dias.
- (B) quinze.
- (C) trinta dias.
- (D) quarenta e cinco dias.

**— QUESTÃO 12 —**

Legalmente, os partidos políticos são classificados como pessoas jurídicas de direito

- (A) público externo.
- (B) público interno.
- (C) privado.
- (D) anômalo.

**— QUESTÃO 13 —**

Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela prescrição. Nestes termos, prescreve em cinco anos a pretensão dos

- (A) hospedeiros ou fornecedores de víveres destinados a consumo no próprio estabelecimento, para o pagamento da hospedagem ou dos alimentos.
- (B) tabeliães, auxiliares da justiça, serventuários judiciais, árbitros e peritos, pela percepção de emolumentos, custas e honorários.
- (C) credores não pagos contra os sócios ou acionistas e os liquidantes, contado o prazo da publicação da ata de encerramento da liquidação da sociedade.
- (D) profissionais liberais em geral, procuradores judiciais, curadores e professores pelos seus honorários, contado o prazo da conclusão dos serviços, da cessação dos respectivos contratos ou mandato.

**— QUESTÃO 14 —**

As perdas e os danos, nas obrigações de pagamento em dinheiro, serão pagas com atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, abrangendo juros, custas e honorários de advogado, sem prejuízo da pena convencional. Nesse sentido, o Código Civil dispõe que os juros de mora contam-se desde

- (A) o protocolo da petição.
- (B) a citação inicial.
- (C) a sentença de primeiro grau.
- (D) o trânsito em julgado da sentença.

**— QUESTÃO 15 —**

No que se refere às disposições testamentárias, o Código Civil afirma serem anuláveis as disposições que

- (A) estejam inquinadas de erro, dolo ou coação.
- (B) instituem herdeiro ou legatário sob condição captatória.
- (C) favoreçam a pessoa incerta, cometendo a determinação de sua identidade a terceiro.
- (D) deixem a arbítrio do herdeiro, ou de outrem, fixar o valor do legado.

**— QUESTÃO 16 —**

A denunciação da lide é obrigatória

- (A) ao devedor, na ação em que o fiador for réu.
- (B) aos outros fiadores, quando para a ação for citado apenas um deles.
- (C) a todos os devedores solidários, quando o credor exigir de um ou de alguns deles, parcial ou totalmente, a dívida comum.
- (D) a todos que estiverem obrigados, pela lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo do que perder a demanda.

**— QUESTÃO 17 —**

Ao tratar sobre a prova, o Código de Processo Civil dispõe que

- (A) os meios especificados nesse código são os únicos hábeis para provar a verdade dos fatos, em que se funda a ação ou a defesa.
- (B) o ônus da prova incumbe ao autor, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do réu.
- (C) a parte, que alegar direito municipal, estadual, estrangeiro ou consuetudinário, provar-lhe-á o teor e a vigência, se assim o determinar o juiz.
- (D) a carta precatória e a carta rogatória sempre suspenderão o processo, e poderão ser juntas aos autos até o julgamento final.

**— QUESTÃO 18 —**

A execução provisória da sentença far-se-á, no que couber, do mesmo modo que a definitiva, observada, entre outras, a seguinte norma:

- (A) corre por iniciativa, conta e responsabilidade do exequente, que se exime, se a sentença vier a ser reformada, de reparar os danos que o executado haja sofrido.
- (B) fica sem efeito, sobrevindo acórdão que modifique ou anule a sentença objeto da execução, restituindo-se as partes ao estado anterior e liquidados eventuais prejuízos nos mesmos autos, por arbitramento.
- (C) independentem, em qualquer hipótese, de caução, o levantamento de depósito em dinheiro e a prática de atos que importem alienação de propriedade ou dos quais possa resultar grave dano ao executado.
- (D) poderá promover, o apelado, desde logo, a execução provisória da sentença, extraindo a respectiva carta, ainda que recebida a apelação em ambos os efeitos, devolutivo e suspensivo.

**— QUESTÃO 19 —**

A respeito da ação de prestação de contas, a lei determina que

- (A) competirá a quem tiver o direito de exigí-las, bem como a quem tiver a obrigação de prestá-las.
- (B) requererá a citação do réu para, em dois dias, as apresentar ou contestar a ação, aquele que exigir a prestação de contas.
- (C) terá o autor dois dias para dizer sobre elas, devendo o juiz proferir desde logo a sentença.
- (D) condenará o réu a prestar as contas em 10 (dias), a sentença, que julgar procedente a ação, sob pena de não poder impugnar as que o autor apresentar.

**— QUESTÃO 20 —**

No que tange às ações possessórias, o Código de Processo Civil determina que

- (A) é permitido, ao autor assim como ao réu, intentar a ação de reconhecimento do domínio, na pendência do processo possessório.
- (B) é indispensável a participação do cônjuge do autor ou do réu somente nos casos de comosse ou de ato por ambos praticados, nessas ações.
- (C) poderá deferir, o juiz, depois de ouvido o réu, a expedição de liminar de manutenção ou de reintegração, estando a petição inicial devidamente instruída.
- (D) poderá ser deferida a manutenção ou a reintegração liminar contra as pessoas jurídicas de direito público sem prévia audiência dos seus representantes judiciais.

**— QUESTÃO 21 —**

Nos termos do Código Penal, salvo disposição em contrário, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de

- (A) um sexto a um terço.
- (B) um quinto até metade.
- (C) um quarto a três quintos.
- (D) um a dois terços.

**— QUESTÃO 22 —**

Não há crime na conduta do agente que mata um cachorro que, por puro instinto, o atacava na rua, pois tal fato foi praticado em

- (A) estado de necessidade.
- (B) legítima defesa.
- (C) exercício regular de direito.
- (D) estrito cumprimento de dever legal.

**— QUESTÃO 23 —**

O agente em estado de embriaguez, voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos,

- (A) é isento de pena.
- (B) tem sua pena reduzida.
- (C) mantém sua imputabilidade penal.
- (D) tem sua pena agravada.

**— QUESTÃO 24 —**

“A”, desempregado, auxilia “B”, funcionário público, a subtrair alguns computadores da repartição onde “B” trabalha. Sabendo-se que “A” tinha conhecimento de que “B” era funcionário público, “A” deve responder pelo crime de

- (A) furto qualificado.
- (B) apropriação indébita.
- (C) peculato.
- (D) concussão.

**— QUESTÃO 25 —**

A injúria é um crime que

- (A) atinge a honra objetiva da vítima.
- (B) admite a exceção da verdade.
- (C) rejeita o expediente da retratação.
- (D) será sempre de ação penal pública incondicionada.

**— QUESTÃO 26 —**

“A” falsifica, em parte, um testamento particular. Nessa hipótese, “A” deve ser responsabilizado pelo crime de

- (A) falsificação de documento público.
- (B) falsificação de documento particular.
- (C) falsidade ideológica.
- (D) atestado ideologicamente falso.

**— QUESTÃO 27 —**

“A” subtrai a bolsa e outros pertences de “B”, mediante grave ameaça exercida com uma arma de brinquedo. Sabendo-se que “B”, intimidado, não percebeu que se tratava de uma arma de brinquedo, “A” deve responder pelo crime de

- (A) furto qualificado pela fraude.
- (B) roubo simples.
- (C) roubo qualificado pelo emprego de arma.
- (D) apropriação de coisa havida por erro.

**— QUESTÃO 28 —**

No peculato culposo, a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível,

- (A) extingue a punibilidade.
- (B) reduz pela metade eventual pena.
- (C) gera uma atenuante genérica.
- (D) desclassifica o crime para outro mais leve.

**— QUESTÃO 29 —**

O funcionário público que, por indulgência, deixa de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo, pratica o crime de

- (A) corrupção passiva.
- (B) condescendência criminosa.
- (C) advocacia administrativa.
- (D) tráfico de influência.

**— QUESTÃO 30 —**

“A”, policial militar, solicita uma determinada quantia em dinheiro de “B”, para não multá-lo por excesso de velocidade. “B”, porém, se recusa a pagar a quantia solicitada. Nesse caso, a conduta de “A” se enquadra como

- (A) prevaricação tentada.
- (B) concussão consumada.
- (C) corrupção ativa tentada.
- (D) corrupção passiva consumada.

**— QUESTÃO 31 —**

Quanto ao interrogatório do acusado, no curso do processo penal, considera-se que

- (A) o juiz é proibido de interpretar o silêncio do acusado em prejuízo de sua defesa.
- (B) o interrogatório poderá ocorrer apenas uma vez no mesmo processo.
- (C) o grupo de acusados de um mesmo processo será interrogado em conjunto, na mesma audiência.
- (D) o acusado pode ser interrogado sem a necessidade da presença de um advogado.

**— QUESTÃO 32 —**

Quanto à confissão do acusado, a lei prevê que

- (A) o valor da confissão é absoluto, pois esta é a mais importante de todas as provas no processo penal.
- (B) o silêncio do acusado deixa de constituir confissão, mas poderá servir para formar o convencimento do juiz.
- (C) a confissão é irretratável, estando o acusado proibido de retratar-se do depoimento dado no inquérito policial.
- (D) a confissão é divisível, podendo o acusado confessar apenas um dos crimes que lhe são imputados.

**— QUESTÃO 33 —**

Segundo o Código de Processo Penal, o ofendido tem o direito de

- (A) ser comunicado de todos os atos processuais, sem exceção, mas apenas por meio eletrônico.
- (B) ser encaminhado para atendimento multidisciplinar, sempre às custas do indiciado ou acusado.
- (C) ter reservado para si um espaço separado, antes do início da audiência e durante sua realização.
- (D) deixar de comparecer à audiência, mesmo sem motivo justo, estando regularmente intimado a depor.

**— QUESTÃO 34 —**

A testemunha que, regularmente intimada, deixar de comparecer sem motivo justificado poderá ser processada por crime de

- (A) resistência.
- (B) desobediência.
- (C) desacato.
- (D) prevaricação.

**— QUESTÃO 35 —**

Nos estritos termos do Código de Processo Penal, poderão recusar-se a depor como testemunhas, salvo quando não for possível, por outro modo, obter-se ou integrar-se a prova do fato e de suas circunstâncias,

- (A) o ascendente ou descendente, o afim em linha reta, o cônjuge, ainda que desquitado, o irmão e o pai, a mãe ou o filho adotivo do acusado.
- (B) as pessoas que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão, devam guardar segredo.
- (C) os doentes e deficientes mentais e os menores de quatorze anos.
- (D) o Presidente e o Vice-Presidente da República, os presidentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal.

**— QUESTÃO 36 —**

Acerca do desaforamento, a lei determina que

- (A) o juiz competente poderá determiná-lo de ofício, se o interesse da ordem pública o reclamar.
- (B) o pedido de desaforamento é inadmissível quando pendente de recurso contra a decisão de pronúncia.
- (C) o Ministério Público será ouvido quando a medida tiver sido solicitada por outra parte.
- (D) o julgamento que deixar de ocorrer no prazo de três meses, contado da decisão de pronúncia, gera a ocorrência automática do desaforamento.

**— QUESTÃO 37 —**

Acerca da *emendatio libelli* e da *mutatio libelli*, a lei determina que:

- (A) no caso de aditamento, cada parte poderá arrolar até cinco testemunhas, no prazo de três dias.
- (B) no caso de o juiz deixar de receber o aditamento do Ministério Público, os autos devem ser encaminhados ao Procurador-Geral de Justiça.
- (C) na *mutatio libelli*, o Ministério Público deve aditar a denúncia no prazo de cinco dias.
- (D) na *emendatio libelli*, o juiz ficará, ao sentenciar, adstrito aos termos do aditamento.

**— QUESTÃO 38 —**

No que tange à sentença criminal, a lei determina que

- (A) a sentença criminal sempre deverá conter relatório, com a exposição sucinta da acusação e da defesa.
- (B) a sentença absolutória, em qualquer hipótese, conterá o mandato do juiz para pôr o réu em liberdade.
- (C) a sentença condenatória transitada em julgado jamais poderá ter requerida sua revisão criminal.
- (D) a autoridade judiciária aplicará medida de segurança na sentença absolutória, se cabível.

**— QUESTÃO 39 —**

No que se refere à decisão de pronúncia, o juiz deverá

- (A) pronunciar o acusado, somente se convencido de que existem provas da materialidade e da autoria.
- (B) decretar a prisão preventiva do pronunciado que esteja em liberdade provisória.
- (C) especificar as qualificadoras e as causas de aumento de pena.
- (D) declarar o dispositivo legal em que condenar o pronunciado.

**— QUESTÃO 40 —**

No processo penal, as citações que houverem de ser feitas em legações estrangeiras serão efetuadas mediante carta

- (A) rogatória.
- (B) ordinatória.
- (C) precatória.
- (D) com aviso de recebimento.

**— QUESTÃO 41 —**

Contra as decisões de pronúncia e impronúncia, cabem, respectivamente,

- (A) recurso em sentido estrito e apelação.
- (B) *habeas corpus* e recurso de ofício.
- (C) revisão criminal e mandado de segurança.
- (D) recurso especial e correição parcial.

**— QUESTÃO 42 —**

Contra a decisão, prolatada nos juizados especiais criminais, que rejeita a denúncia, caberá

- (A) recurso em sentido estrito, no prazo de cinco dias.
- (B) apelação, no prazo de dez dias.
- (C) recurso de ofício, sem prazo definido.
- (D) mandado de segurança, no prazo de 120 cento e vinte dias.

**— QUESTÃO 43 —**

Condenado, em primeira instância, pela justiça federal goiana, por crime político, o acusado pode interpor

- (A) apelação para o Tribunal Regional Federal da 1.ª Região.
- (B) recurso em sentido estrito para o próprio juízo sentenciante.
- (C) revisão criminal para o Superior Tribunal de Justiça.
- (D) recurso ordinário constitucional para o Supremo Tribunal Federal.

**— QUESTÃO 44 —**

O prazo para a interposição de agravo contra decisão do juiz da execução penal é de

- (A) dois dias.
- (B) cinco dias.
- (C) oito dias.
- (D) dez dias.

**— QUESTÃO 45 —**

Contra a decisão que denega o recurso extraordinário ou o recurso especial, é cabível

- (A) carta testemunhável.
- (B) agravo regimental.
- (C) agravo de instrumento.
- (D) correição parcial.

**— QUESTÃO 46 —**

Na organização judiciária do Estado de Goiás, a comarca de Senador Canedo é tida como de entrância

- (A) inicial.
- (B) intermediária.
- (C) final.
- (D) especial.

**— QUESTÃO 47 —**

O Tribunal de Justiça do Estado de Goiás é integrado, entre outros órgãos, por

- (A) uma Câmara Criminal, composta de dez desembargadores.
- (B) duas Câmaras Criminais, composta de cinco desembargadores cada uma.
- (C) três Câmaras Criminais, composta de quatro desembargadores cada uma.
- (D) quatro Câmaras Criminais, composta de três desembargadores cada uma.

**— QUESTÃO 48 —**

Segundo o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, não haverá sustentação oral

- (A) nos recursos em sentido estrito.
- (B) nos processos administrativos.
- (C) nos embargos de declaração.
- (D) nas ações penais originárias.

**— QUESTÃO 49 —**

A estrutura organizacional básica consolidada da comarca de Senador Canedo conta com

- (A) uma Vara Judicial apenas.
- (B) duas Varas Judiciais e um Juizado Especial Cível e Criminal.
- (C) três Varas Judiciais e dois Juizados Especiais Cíveis e Criminais.
- (D) quatro Varas Judiciais e três Juizados Especiais Cíveis e Criminais.

**— QUESTÃO 50 —**

No que tange à abrangência territorial da comarca de Senador Canedo, esta possui como distrito judiciário, além do próprio Município de Senador Canedo, o Município de

- (A) Bela Vista de Goiás.
- (B) Bonfinópolis.
- (C) Caldazinha.
- (D) Goianópolis.